

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH HOSPITAL MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

CNPJ 23.452.830/0001-41

Balanço Patrimonial dos Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2018 E 2017 - Em Reais (R\$)							
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		2.283.554	9.297.103	(Representado)		225.400	3.926.632
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.022	263.319	Circulante	4	-	1.743.480
Contas a receber	6	2.273.123	8.683.177	Obrigações trabalhistas	7	52.015	1.654.891
Estoques	4	-	332.265	Obrigações sociais	8	559	229.629
Adiantamento a fornecedores		-	8.476	Obrigações fiscais		-	75.800
Outros créditos	4	6.409	9.866	Outras contas a pagar		-	3.172
Não Circulante				Partes relacionadas	9	172.826	219.660
Imobilizado				Não Circulante		2.273.123	1.244.206
Imobilizado líquido	4	-	41.036	Receitas diferidas	4	-	911.941
Intangível líquido	4	-	68.643	Outras contas a pagar	4	-	332.265
Imobilizado-contato de gestão líquido	4	-	911.868	Provisão para contingências	10	2.273.123	
Intangível-contato de gestão líquido	4	-	73	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	4 e 11	(214.969)	5.147.885
Total do Ativo		2.283.554	10.318.723	Patrimônio social		4.939.901	4.812.636
				(Déficit) / Superávit acumulado		(5.154.870)	335.249
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.283.554	10.318.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Dos Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) **Objetivos Sociais:** O Hospital Municipal de Araucária está localizado na região metropolitana de Curitiba, faz parte da rede municipal de saúde da cidade de Araucária. Oferece atendimento de baixa e média complexidade nas seguintes especialidades: Clínica Médica, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Gestação de Alto Risco, Cirurgia Ginecológica, Neurologia, Ortopedia e Traumatologia, Urologia, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Vascular, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Proctologia, Pediatria, Cardiologia e Anestesiologia. Todos os atendimentos são 100% SUS - Sistema Único de Saúde. b) **Contrato de Gestão:** O Hospital Municipal de Araucária foi administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.452.830/0001-70), no período de 11 de novembro de 2014 a 31 de julho de 2018, por meio de contrato de gestão com a Prefeitura Municipal de Araucária, 209/2014 e Termo Aditivo 053/2017. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Ambito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º Janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde.

Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 22 de abril de 2019.

2.2. Base de mensuração e apresentação:

As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

2.3. Moeda funcional e de apresentação:

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 22 de abril de 2019.

2.4. Principais práticas contábeis:

a) Caixa e equivalente de caixa:

São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor do mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

b) Estoques:

São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

c) Ativo imobilizado:

Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.

d) Ativo intangível:

Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, são demonstrados pelo custo de aquisição ou de formação, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo.

e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituida provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Julgamentos e estimativas:

A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.

h) Reconhecimento de receitas:

As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:

Os valores do ativo circulante e não circulante a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:

Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito desse procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

k) Patrimônio Líquido:

Compõe-se pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa:

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Reapresentação de Saldos do Exercício de 2017:

A Administração da Entidade optou por representar alguns saldos do exercício de 2017, em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro.

4. Encerramento de Atividades de Gestão:

Em julho de 2018,

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Referem-se a saldo remanescente a receber do Contrato de Gestão 209/2014, e dos Termos Aditivos 053/2017 e 131/2017, junto a Prefeitura Municipal de Araucária.

6. Contas Receber:

Referem-se a saldo remanescente a receber do Contrato de Gestão 209/2014, e dos Termos Aditivos 053/2017 e 131/2017, junto a Prefeitura Municipal de Araucária.

7. Obrigações Trabalhistas:

Obrigações trabalhistas

8. Obrigações Sociais:

INSS a recolher

9. Partes Relacionadas:

O saldo a pagar de R\$ 172.826 (R\$ 219.660 em 2017) refere-se a

10. Provisões Para Contingências:

A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões civis e trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais.

11. Patrimônio Social:

O Patrimônio Social é acrescido de excesses de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit).

12. Despesas Gerais e Administrativas

Serviços de gestão

13. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hos-

pital Municipal de Araucária - Araucária - PR. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Municipal de Araucária, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Municipal de Araucária, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com as normas das seções intituladas "Responsabilidade do auditor pelas demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício das demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • Provisões para riscos e passivos contingentes: Conforme nota explicativa nº 10, provisão para contingências, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões civis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)					
	Nota	2018	2017	(Reapresentado)	
Receitas Operacionais		21.921.365	36.705.120		
Serviços prestados pacientes SUS		21.921.365	38.313.846		
(-) Glosas			(1.608.726)		
Custos		(22.167.570)	(31.467.957)		
Pessoal e encargos	</				

continuação
ça razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realiza-
da de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as
eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou
erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam in-
fluenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas
com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acor-
do com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissio-
nal e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e
avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente
se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em
resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para
fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de
fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

os controles internos, conluios, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. •
Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de ex-
pressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a
adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e
respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso,
pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências
de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições
que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacio-
nal da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção
em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou
incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se
manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o
conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações con-
tábiles representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o
objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governan-
ça a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das cons-
tações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos
controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2019.
Planners Auditores Independentes
CRC SP Nº 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398
Valter Piovam
Contador CRC ISPI46651/O-0 - CNAI n.º 1.018

38054/2019

JJGC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DENTÁRIOS S/A. CNPJ - 00.489.050/0001-84

Relatório da Administração

Senhores acionistas:
Administração da JJGC Indústria e Comércio de Materiais Dentários S/A., submete a vossa apreciação às Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
Atenciosamente.
Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS 2018 E 2017 Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	27.094	32.488	Fornecedores	7.549	14.818
Contas a receber de clientes	140.626	126.405	Empréstimos com partes relacionadas	467	-
Contas receber de partes relacionadas	19.043	7.297	Contas a pagar por partes relacionadas	6.306	10.007
Estoques	153.445	114.635	Salários e encargos sociais	18.637	19.893
Tributos a recuperar	35.615	27.469	Tributos a recolher	2.180	7.436
Adiantamento a fornecedores	18.276	12.917	Outros passivos	2.318	3.197
Outros ativos	7.001	5.821		37.457	55.351
	401.100	327.032	NÃO CIRCULANTE		
			Empréstimos com partes relacionadas	85.000	-
			Provisão para contingências	5.314	13.458
				90.314	13.458
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a receber de clientes	1.230	753	Capital social	1.152.622	1.127.622
Depósitos judiciais	9.843	8.604	Reserva especial de ágio	(338.006)	(338.006)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.498	86.294	Reserva de lucros	247.451	186.613
Tributos a recuperar	5.715	2.029		1.062.067	976.229
Imobilizado	275.992	169.862			
Intangível	441.460	450.464			
	788.738	718.006	TOTAL DO PASSIVO	1.189.838	1.045.038
TOTAL DO ATIVO	1.189.838	1.045.038			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO COMPARATIVO DO EXERCÍCIO 2018 E 2017 Valores expressos em milhares de reais

	2018	2017
Receita operacional líquida	489.314	418.494
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(184.305)	(141.254)
Lucro bruto	305.009	277.240
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas com vendas	(123.186)	(119.271)
Despesas gerais e administrativas	(92.291)	(72.811)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	5.049	14.830
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	94.581	99.988
Receitas financeiras	8.284	6.461
Despesas financeiras	(9.223)	(3.287)
Receitas financeiras líquidas	(939)	3.174
Resultado antes dos impostos	93.642	103.162
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.008)	(4.792)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(31.796)	(29.631)
Resultado do exercício	60.838	68.739

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 Valores expressos em milhares de reais

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	60.838	68.739
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	60.838	68.739

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Valores expressos em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	Capital Social	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31º de Janeiro de 2016	1.107.622	(338.006)	18.782	99.092	-	887.490
Aumento de capital	20.000	-	-	-	20.000	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	68.739	68.739
Constituição de reserva legal	-	-	3.437	-	(3.437)	-
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	-	-	65.302	(65.302)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.127.622	(338.006)	22.219	164.394	-	976.229
Aumento de capital	25.000	-	-	-	25.000	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.838	60.808
Constituição de reserva legal	-	3.042	-	(3.042)	-	
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	-	-	57.796	(57.796)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.152.622	(338.006)	25.261	222.190	-	1.062.067

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 Valores expressos em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Resultado do exercício	60.838	68.739
Ajustes por:		
Depreciação e amortizações	34.874	28.308
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(2.528)	3.630
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.796	29.631
Provisão para contingências	(8.144)	(15.746)
Provisão sobre estoques	(8.745)	(2.357)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	149	581
Juros, variações monetárias e cambiais	467	97
	108.707	112.883
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / redução em contas a receber		
Redução em contas a receber de partes relacionadas	(14.847)	(20.305)
(Aumento) em estoques	(11.746)	702
(Aumento) / redução em outros ativos	(30.065)	(40.068)
(Aumento) / redução de impostos a recuperar	(6.539)	(3.820)
(Aumento) dos depósitos judiciais	(11.832)	(9.957)
(Aumento) em contas a pagar de partes relacionadas	(1.239)	(1.653)
Aumento / (redução) de fornecedores	(4.806)	-
Aumento de obrigações trabalhistas	(7.269)	4.578
Aumento em outras obrigações	(1.256)	5.428
	14.078	46.238
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(129.472)	(63.281)
Captação de múltiplos com partes relacionadas	85.000	
	(44.472)	(63.281)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(129.472)	(63.281)
Captação de múltiplos com partes relacionadas	85.000	
	(44.472)	(63.281)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital social	25.000	20.000
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	25.000	20.000
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(5.394)	2.957
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	32.488	29.531
No início do exercício	32.488	29.531
No final do exercício	27.094	32.488
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(5.394)	2.957

Notas Explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 comparativas com o exercício de 2017. Valores expressos em milhares de reais.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A JJGC Indústria e Comércio de Materiais Dentários S.A. ("Companhia" ou "JJGC") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Curitiba - Paraná, na Avenida Juscelino K. Oliveira, nº 3.291 e tem o objetivo de fabricação e comercialização de instrumentos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório; comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; representação comercial e agente de comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares; serviços especializados de consultoria e suporte em planejamento cirúrgico para posicionamento computadorizado de implantes dentários e locação de equipamentos científicos, médicos e hospitalares sem operador.

a) **Reestruturação societária:** Conforme estabelecido em contrato, "Primeiro aditamento ao acordo de acionistas" datado de 6 de abril de 2015, no período compreendido entre março de 2015 a 31 de dezembro de 2019, a Straumann B.V. poderia exercer sua opção de compra de 51% das ações remanescentes que estavam em nome dos sócios Geninho Tomé e Clemídia Jesus Rodrigues de Paula Tomé, para obtenção de 100% da controlada da JJGC.

Em 2 de abril de 2015, a Straumann Brasil Ltda., sub-rogada no direito de aquisição pela Straumann B.V., adquiriu participação majoritária na Neodent através da compra de 51% de todas as ações da Companhia. Dessa forma, o Grupo Straumann passou a deter 100% do capital da JJGC.

Em 1º de janeiro de 2016 a Companhia realizou incorporação de sua Controladora, Straumann do Brasil Ltda. que teve todas as atividades operacionais, comerciais e administrativas absorvidas pela JJGC em Curitiba e em suas filiais.

b) **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3) PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS.

a) **Ativos Circulantes e Não Circulantes:** São registrados pelo valor do custo histórico ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

b) **Ativos Imobilizados, Investimentos e Intangíveis:** Estes ativos são registrados pelo valor de aquisição, acrescidos quando necessários dos impostos e serviços de instalação, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

c) **Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos financeiros